

Pingue-pongue muito perigoso

ELIANE CANTANHÊDE

BRASÍLIA — É melhor prevenir do que remediar. Com base nesse sábio provérbio, parlamentares de diferentes partidos estão tentando sensibilizar ministros do Judiciário para que o general Newton Cruz só seja julgado depois das eleições. Eles temem que o julgamento caia como fósforo aceso sobre elementos perigosamente explosivos, sobretudo quando combinados: campanha presidencial, inflação em alta, risco de desabastecimento e grevismo latente. Uma bomba dessa potência sairia inevitavelmente do controle dos políticos.

O julgamento de Newton Cruz foi passionai desde o início, quase uma ficção. Quem está no banco dos réus não é o cidadão, mas o general que chefiou a Agência Central do SNI e, no Comando Militar do Planalto, chicoteava os carros das diretas-já. Quem ocupa o principal banco da acusação é o bailarino Polila, pensionista do Estado por comprovada deficiência mental. Réu da emoção nacional com a Nova República, só agora Newton Cruz assume a condição de vítima diante de seus antigos colegas de caserna, à frente o também general da reserva Euclides Figueiredo. O instrumento da esquerda pode virar instrumento da direita.

"Eu estou sozinho nisso há seis anos. Por que a solidariedade só agora?", questionou o próprio Newton Cruz, o Nini, num telefonema há três semanas. "Não sei o que está por trás disso, mas até gostaria de saber", insinuou ele. Em nenhum minuto, contudo, assumiu a desconfiança que paira sobre os parlamentares: a de que as extemporâneas manifestações de militares a favor de Newton Cruz sejam tão políticas quanto o próprio início do processo, mas às avessas.

Nos bastidores do Congresso, não falta quem compare o julgamento de Newton Cruz ao discurso do deputado Márcio Moreira Alves, em 1968. Márcio, ou Marcito, foi cassado por um ácido discurso contra o regime militar e se transformou no estopim de um golpe dentro do golpe. Um general submetido a júri popular, 21 anos depois, no mínimo representa um pulo no imprevisível.

É a partir dessas análises que deputados e senadores se mexem rumo ao Judiciário. Cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir se Cruz irá ou não a júri popular e, como os parlamentares não querem, nem podem, interferir politicamente na decisão, consideram legítima sua articulação para que pelo menos ela seja adiada. Um dos líderes do movimento informou, ainda, que Newton Cruz está profundamente abatido pelo uso do seu nome como uma "bolinha de pingue-pongue", ora de um lado, ora de outro, e que sua família estaria temendo, também, a hipótese de um suicídio antes do júri popular. "Ele não suportaria o vexame", confidenciou a fonte, transmitindo um sentimento repassado pela própria família Cruz, a amigos comuns.

Dos 11 ministros do Supremo, cinco são indicações do presidente José Sarney. É provável, portanto, que a ação dos parlamentares se expanda do Judiciário para o Palácio do Planalto. Se as pressões nessas duas direções não surtirem efeito, o timing ideal — ou político — do julgamento poderá sofrer uma brusca alteração: em vez do adiamento para depois das eleições, a antecipação para o mais cedo possível. "Ou agora, ou no próximo ano. Quanto mais perto da eleição, pior", confidenciou um dos parlamentares preocupados com o julgamento de Newton Cruz e com o destino do processo político do País.